

**MODOS DE DIZER E MODOS DE FAZER:
REFLEXÕES SOBRE LINGUAGEM E TRABALHO¹**
**WAYS OF SAYING AND DOING: REFLEXIONS UPON LANGUAGE
AND WORK**

Denise Gomes Dias Santos
Prof. Assistente (DLET/UEFS)
Doutoranda em Letras (UFBA)
e-mail: denidias@terra.com.br

RESUMO — *Os estudos no campo do léxico podem em muito contribuir para uma compreensão mais ampla do papel privilegiado da linguagem para o conhecimento da realidade das atividades de trabalho. Neste artigo discutem-se alguns reflexos das experiências psicossociais do indivíduos nos processos de representação lingüística do universo do trabalho que executam para a sua sobrevivência. Procurar-se-á demonstrar que os trabalhadores revelam em seu vocabulário as marcas de seu sistema de valores e de sua vivência cotidiana.*

PALAVRAS-CHAVE: *Dialectologia; Diversidade lingüística; Etnolingüística.*

ABSTRACT — *Lexical studies can contribute significantly to the understanding of language as a means of explaining the relationship between workers and their environment. The author discusses some extralinguistic factors which influence on the linguistic representation of a working activity as described by their participants. It is also shown that the vocabulary of workers reflect their values, perspectives and life experiences.*

KEY WORDS: *Dialectology; Ethnolinguistics; Linguistic diversity.*

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste – GELNE, em Salvador, de 04 a 06 de setembro de 2000. Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Letras e Artes. Tel./Fax (75) 224-8265 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460.

Um dos traços definidores do ser humano é, sem dúvida, a geração, o uso e a manutenção de meios de trabalho que lhe assegurem a sobrevivência, a produtividade e a sua afirmação perante o seu grupo social. O trabalho está, portanto, na base da formação, e nos anseios de todo agrupamento humano.

Por outro lado, o sentido que o trabalho tem para quem o exerce, a forma como o indivíduo capta e se relaciona ao ambiente sociocultural em que se insere a sua atividade – tudo isto fica, de alguma forma, impresso na linguagem. Por isso mesmo, dentre as muitas perspectivas pelas quais se pode estudar o lugar da linguagem no estabelecimento das formações sociais, opto aqui por discuti-la através de atividades que, a um só tempo, viabilizam a interação do homem com outros membros do grupo e o caracterizam, além de proporcionar a consolidação dos papéis que contribuem para a funcionalidade e o equilíbrio desse mesmo grupo.

Mais especificamente, pretendo aqui refletir sobre as relações entre *linguagem e trabalho*, principalmente, sobre os sentidos produzidos em processos de denominação, de representação lingüística da realidade associada às atividades que pretendo abordar. Em outras palavras, quero propor o exame das pistas que os falantes deixam em seu vocabulário sobre a sua forma de se identificar com o seu ambiente, em situações de trabalho.

Escolho aspectos do léxico para motivar e conduzir esta reflexão por entendê-lo como o nível lingüístico em que mais visíveis ficam as marcas das realizações e percepções humanas, das transformações diversas por que passam as sociedades no curso de sua história. Pretendo, então, e por ora, captar, nos bastidores de atividades de trabalho, o universo conceptual, semântico e sociocultural à volta delas, a fim de melhor entender o significado desse mesmo trabalho para o grupo que o executa.

Principio a discussão com uma pergunta: seria mesmo a linguagem um instrumento, um recurso para a compreensão do trabalho?

Eu diria que sim: a fala dos trabalhadores sobre sua própria atividade pode ser um recurso valioso para que os mesmos trabalhadores, revelam aspectos sobre essa atividade e sobre os fatores que a determinam. No entanto, como afirma

Ferreira (1998, p.90-1), a metodologia de abordagem terá que oferecer condições para que trabalhadores falem sobre um dos temas mais misteriosos do mundo: a atividade rotineira ou o que fazem no seu dia-a-dia. Isto porque, segundo a mesma autora, paira sobre a rotina do trabalho “um silêncio tão mais paradoxal quanto mais se percebe a importância que ela exerce na vida de cada um e na vida de toda a sociedade.”

No entanto, uma reflexão conseqüente sobre a linguagem e o trabalho requer, necessariamente, que se definam os enfoques que se pretende abordar: a linguagem *sobre* o trabalho; a linguagem *no* trabalho ou a linguagem *como* trabalho? Segundo Lacoste (1998), essa tripartição permitiu separar as falas que são provocadas, exteriores à situação de trabalho daquelas que são comunicação e integram a atividade.

Essa autora informa ainda que a tradição, nessa linha de pesquisa, privilegiou a análise da fala do trabalhador *sobre* a sua atividade. A observação da linguagem na própria constituição da atividade gerou uma mudança também nos métodos de pesquisa: ao invés de se suscitar a fala, passa-se a observá-la em situações reais de trabalho. Por outro lado, diz a autora, reconhecer a fala *como* trabalho implica tomá-la como a *essência* da tarefa.

Lacoste chama, contudo, nossa atenção para o fato de que a fala *no* trabalho não se restringe ao seu papel na atividade operativa. Sua abrangência é muito maior, indo além do plano estrito das tarefas, articulando dimensões múltiplas da vida social. Desse modo, evita-se hoje a oposição fala *no* trabalho X fala *como* trabalho.

A autora comenta, ainda, uma outra distinção bastante generalizada: aquela que se faz entre *fala funcional* e *fala não funcional*. Para ela, essa oposição é reducionista, “pois oculta toda uma ordem de fatos e separa, *a priori*, coisas que na vida social sempre vêm juntas” (LACOSTE, 1998). A oposição só seria útil, por exemplo, a um ergonomista que tome em consideração apenas a linguagem diretamente ligada a uma tarefa, ou a um sociólogo que foge dessa perspectiva para obter uma visão mais ampliada do fenômeno que observa. Lacoste acrescenta que a abordagem da fala de ação imediata como objeto de uma

“pura ergonomia da tarefa” implica que essa *fala de ação* estaria alheia a toda construção social, o que justificaria o fato de ter sido sempre relegada pelas ciências da significação:

À exceção de casos extremos em que a comunicação se faz por mensagens pré-construídas, cada situação permite marcar as relações intersubjetivas através do jogo dos tempos, dos modos, das pessoas, através das escolhas lexicais, dos esquemas entoativos. Social e intersubjetiva, a fala de ação não é puramente funcional: ela tem também componentes sociolingüísticos.

Por outro lado, a *fala social* ou *não funcional* não deve ser entendida como sempre indiferente às tarefas: ao contrário, em parte ela se nutre de eventos do trabalho e permite a elaboração deste num outro plano.

As classificações propostas, contudo, teriam, apenas, valores provisórios diretamente associados ao seu poder de descrição. O fundamental é que se observe o trabalho real – só assim se pode tentar compreender e explicitar a sua complexidade:

(...) para a ação do trabalho como para outras formas de ação social, o método de pesquisa deverá muito à observação atenta e instrumentalizada das práticas cotidianas, pois é nela que se desenvolvem, sem cessar, o entendimento das situações, a iniciativa individual e a compartilhada, a *negociação do sentido*. (LACOSTE, 1998, p.19).

Mais adiante Lacoste relaciona também os princípios que têm embasado a sua análise da fala na atividade:

1 Caráter local e “situado”

A ação se constrói e só pode ser interpretada em circunstâncias particulares: entre ação e contexto há elaboração mútua, elo de reflexividade.

2 Sentido e relação com o dizer

O sentido da ação nunca é fechado nem definitivamente fixado, mas construído pelo agente, pelos participantes, por

algun superior nas relações hierárquicas, etc. O sentido se manifesta na interação com o outro, ele se desenvolve na atualidade da ação.

3 Interação e cooperação

A cooperação está no princípio da construção da ação. É no trabalho, talvez mais que em outro lugar qualquer, que os recursos e os saberes estão divididos, os obstáculos de tempo e espaço exigem a conjunção de forças, as pertinências estão interligadas.

4 Funções da fala na atividade

A observação das situações de trabalho revela a diversidade dos usos da fala; esses usos contribuem para mostrar que a linguagem, longe de ser estranha ao trabalho, impregna a sua realização.

5 Realizar a ação

Realizar uma ação é utilizar as circunstâncias e se adaptar a elas – não há tarefa que prescindia do engajamento pessoal daqueles que a efetuam.

6 Modificar a ação

Uma dada situação pode conduzir a uma postura reflexiva, ou mesmo deliberativa, que levará a uma decisão de transformação: no novo contexto surge um cálculo, uma intervenção explícita sobre os procedimentos, as regras ou os hábitos.

7 Programar a ação

É necessário remontar a estágios preliminares da ação. Se algumas atividades se desenrolam num quase silêncio, é porque uma fase de preparação e de encaminhamento as precedeu, é porque um quadro de familiaridade e de entendimento tácito foi criado, permitindo ajustes mútuos implícitos.

8 Coordenar a ação

Um primeiro grau de coordenação é o da cooperação indispensável para determinadas ações: entrar em acordo a

respeito do espaço e do tempo durante uma manipulação conjunta, assegurar-se de que as pré-condições para a ação seguinte estão satisfeitas, distribuir entre si as tarefas para a sua realização.

9 Remediar disfuncionamentos

Resolver situações incidentais, tratar disfuncionamentos, improvisar a solução de um problema representam uma parte crescente das atividades de trabalho.

10 Avaliar, controlar, criticar

A interação pode atribuir a função da avaliação a um dos parceiros ou construí-la com base num princípio de julgamento conjunto e de negociação: um é encarregado de agir enquanto o outro controla, ou então cada um participa das duas funções.

Lacoste (1998) afirma que esses papéis são desempenhados pela linguagem:

a) através do seu poder de designação, sua força de evocação de objetos ausentes, de denominação (e ela chama atenção para o fato de que denominar é também *categorizar* e *classificar*), de metaforização;

b) através de sua capacidade de marcar as relações temporais, de qualificar o espaço e designar as fronteiras, de mobilizar o passado na situação presente, de pronunciar o futuro;

c) através da inscrição das relações sociais. Enfim, a linguagem – quando indica e também quando significa – dispõe de múltiplos recursos para elaborar o universo da ação.

Conforme afirmei antes, penso que o léxico de uma língua, muito mais que um inventário de palavras, consiste num conjunto de saberes sociolingüísticos e culturais compartilhados pelos integrantes de uma dada comunidade. Além disso, o léxico revela o modo como este mesmo grupo interpreta e representa a sua realidade e de como modifica essa mesma realidade, relacionando-se, assim, estreitamente com o percurso histórico dos grupos humanos que o empregam.

Já dizia Martinet (1975, p.178) que o caráter evolutivo das línguas é motivado por pressões internas e externas ao sistema lingüístico. Ele identifica este aspecto dinâmico à evolução das necessidades comunicativas do grupo que as emprega, as quais, por sua vez, relacionam-se diretamente com a evolução intelectual, social e econômica desse mesmo grupo, e o léxico reflete esse fenômeno de forma bastante clara.

Wartburg (1951) também considerou os reflexos que as transformações na cultura material dos povos imprimem à sua língua. Para esse autor, alguns grupos de palavras são mais susceptíveis que outros às mudanças no seu conteúdo semântico, através dos tempos:

Debe, pues, tomarse cada palabra como una parte de su grupo semántico. Estos grupos son de naturaleza muy diversa. Hay algunos de contornos bastante precisos y que permanecen constantes. Estos grupos dados por la naturaleza son, por ejemplo, las partes del cuerpo, las relaciones de parentesco, los fenómenos atmosféricos, las actividades cotidianas de la vida humana (comer, beber, dormir). Junto a estos hallamos grupos que cambiam totalmente de aspecto en el transcurso del tiempo, tales como la indumentaria, las instituciones estatales, los sistemas de transporte, en fin, todo lo que crea el hombre. (WARTBURG, 1951, p. 262).

Pude comprovar essas idéias através da pesquisa que desenvolvi entre os anos de 1994 a 1996 (SANTOS, 1997), sobre o vocabulário empregado por trabalhadores de casas de farinha artesanais. Os dados revelaram que as atitudes dos informantes em relação ao trabalho que desempenhavam, assim como o sentido que dão a essas atividades, são refletidos nas denominações e nos novos sentidos que, por sua vez, estas assumem no contexto social ao qual estão associadas. As transformações sofridas pelo grupo, em diversos períodos de tempo, também deixaram seus “rastros” no léxico estudado.

A análise de algumas designações para o principal produto das casas de farinha, a farinha de mandioca e para a peça principal do aparelho de ralar a mandioca, pode aclarar um pouco mais essas questões.

1 Designações para *farinha de mandioca*

Farinha de guerra é uma lexia que se consolidou na língua graças às interpretações do elemento colonizador sobre os costumes dos nossos índios. Encontrei essa designação, por exemplo, no relato de Gabriel Soares de Sousa (19--). Segundo ele, a farinha era assim denominada porque os “gentios” a levavam consigo quando partiam em jornadas para confrontos com tribos inimigas. Carregavam-na às costas, embrulhadas de tal maneira em fardos de folhas que ainda que “atravessassem rios ou estivessem sob chuva”, não se molhava. Essa farinha, conta Soares de Sousa, era usada pelos portugueses para sustento de criados e escravos. Nos engenhos de açúcar, acrescenta, era principal fonte de alimentação “em tempo de necessidade”. Também nas viagens marítimas, afirma aquele autor, não havia “outro remédio de matalotagem para se sustentar que não o da **farinha de guerra**” (SOUZA, 19--, p.325).

Gândavo (1858:18), após caracterizar como “*farinha de pão*” os derivados da mandioca “com que os moradores e o gentio desta Provincia se mantem”, descreve o produto que chama de “**farinha de guerra**”:

A **de guerra** se faz desta mesma raiz, e depois de feita fica muito seca, e torrada de maneira que dura mais de hum anno sem se damnar.

O padre Cardim (1980, p.41), no capítulo em que descreve os vários produtos que os índios desdobravam da raiz da mandioca, também emprega aquela lexia para referir-se a um daqueles derivados: “... se faz uma farinha biscoitada que chamão **de guerra**, que serve aos Indios, e portugueses pelo mar, e quando vão á guerra como biscoito”.

Na crônica de Léry (1980, p.124), embora não se registre a forma **farinha de guerra**, há referência a um tipo de farinha “muito cozida e dura, a que os selvagens chamam de **uhi**

antan, usada nas expedições guerreiras por se conservar melhor”.

Farinha de Copioba é outra forma que tem história antiga. Ouvi de pessoas mais velhas que o nome vem do Vale da Copioba, que corta os municípios de São Felipe, Nazaré das Farinhas e Maragogipe, região que ganhou notoriedade no passado graças à grande produção de farinha de mandioca. De lá, antigamente, procedia a farinha de melhor qualidade e, conseqüentemente, de melhor aceitação no mercado. A qualificação *de copioba*, então, passou a ser atribuída aos produtos que apresentassem semelhante padrão de excelência. Hoje em dia, se mantém a utilização dessa lexia para designar a farinha de mandioca de boa qualidade; isto é, de granulação fina, cor amarelada e bem torrada, independentemente da região em que seja produzida.

Outras formas, no entanto, se explicam à luz das relações sociais e econômicas estabelecidas entre os membros da comunidade alvo da pesquisa, o distrito de Vila de Guaí, no município baiano de Maragogipe. Para atestar essa afirmativa, basta verificar as explicações fornecidas pelos informantes² que as empregaram. A **farinha de comer** difere da **de vender** porque a fabricação desta última é condicionada pelas exigências do mercado de consumo. Basicamente, dois aspectos diferenciam o primeiro tipo do segundo: a) a **farinha de vender** apresenta uma granulação mais fina: “*Lá em casa a gente faz a farinha de vender mais fina e a de comer mais grossa.*” (Inf. 9); b) a **farinha de vender** caracteriza-se pela adição de um produto à base de urucum que lhe confere uma cor amarelada, adequando-a, assim, ao mercado a que se destina:

... o produto é amalero, igual dendê, pra ficar amalera a massa. (Inf. 4)

... bota um produto... um pacotezinho que eles compra; aí joga na massa em antes de enxugar. Aí a mandioca pode ser branca do jeito que for ... quando tira, a massa já tá amarela. (Inf.5)

² Os informantes identificados com números pares são do sexo feminino; com números ímpares, do sexo masculino.

Tanto os donos das casas de farinha quanto aqueles envolvidos no trabalho desaprovam essa prática em relação à farinha para uso próprio; portanto, não adicionam o pó de urucum à farinha que consomem. Referem-se a essa farinha “impura” como **farinha de produto**, que tem uma conotação pejorativa entre eles.

A **farinha motorizada** é aquela produzida em casas de farinha mais “modernas” para os padrões locais – aquelas que contam com um forno movido por processo mecânico e um motor de maior proporção do que aqueles que são utilizados nas casas de farinha manuais. A farinha produzida nessas casas mais rústicas é, por oposição, chamada de **farinha manual**. À **farinha motorizada** é adicionado o pó de urucum, já que é produzida em maior escala e se destina à comercialização. Em razão disso, as lexias **farinha motorizada** e **farinha de produto** são empregadas de forma alternativa pelos informantes.

Já o entendimento do uso da forma **farinha de ganho** associa-se às relações de trabalho vigentes na comunidade. A informante que a mencionou pertence a um estrato social menos privilegiado e trabalha nas casas de farinha e roçados locais em troca de uma remuneração que pode se configurar em moeda, uma porção da farinha produzida ou ainda ração para animais. Na localidade, fazer **farinha de ganho** é fazer farinha para os outros, em troca daquela remuneração. No uso geral, “*de ganho*” pode ocorrer com o mesmo conteúdo semântico – quem *lava roupa de ganho*, por exemplo, o faz como atividade profissional, para garantir o sustento.

2 Designações para a peça principal do aparelho de ralar mandioca

A tarefa de ralar a mandioca é atribuição do elemento masculino. As justificativas apresentadas, geralmente, são que “*o trabalho é mais duro, precisa botar mais força*” ou que a atividade é perigosa (há o risco de se prender os dedos nos dentes da serrilha) e exige uma certa perícia, habilidade técnica que, dizem, as mulheres não possuem: “*mulher empurra demais a raiz, aí estaca o motor*” (Inf. 5).

Talvez em razão dessa prevalência dos homens sobre as mulheres na execução da atividade, eles fornecem descrições mais precisas. O elemento feminino, ao contrário, normalmente se utiliza de associações com a sua realidade imediata, apresentando explicações menos objetivas. Comparem-se essas descrições que informantes do sexo masculino (números ímpares) e femininos (números pares) fazem do aparelho de ralar a mandioca:

... é a coisinha de cevar a mandioca; é uma bola cheia de dente... chama de dente de sirria. (Inf. 2)

... a gente compra como tá ali, os espetinho, cheio de negocinho de ponta; quando chega aqui, mede ali, corta e coloca toda; aí depois vorta e bota a bola, aí já tá pronto. (Inf. 4)

... é feito um arco de barri [=barril], fica aqueles dentinho, já compra feita. (Inf. 10)

... tem a bola aqui, agora vem daqui tem um mancá [mancal]; dentro daquele mancá tem um rolamento e no rolamento tem o veio que pega pra bola; na bola já tem a sirria, ela tem uns pentezinho que a gente compra na ferragem. (Inf. 5)

É uma bola de ferro... de ferro e de pau. Bota um veio... Botou o veio, aqui botou um cordão, ela vai rodar. Aqui tem um esteio, aqui tem outro e ele entra aqui no meio. (Inf. 11)

No entanto, a tarefa de ralar a mandioca, segundo os informantes mais idosos, não foi sempre exclusivamente masculina. Eles afirmam que, antigamente, eram as mulheres as encarregadas da tarefa, que incluía processos e instrumentos bem mais elaborados do que o “ralo de pedrinhas pontudas”, descrito por de Léry (1980, p.123) ou a **bola** acionada por motor dos dias atuais.

O objeto onde eram raladas as raízes era similar ao que é ainda hoje empregado na região. O que o diferenciava do processo atual era a força de tração empregada, em diferentes

épocas passadas, para movimentar a **bola**. O depoimento dos informantes é rico, tanto do ponto de vista lingüístico – eles indicam nomes de coisas que já não existem – quanto etnográfico, já que as mudanças nos processos, nas técnicas de produção implicaram a reordenação do papel social das mulheres que trabalham em casas de farinha.

De acordo com os depoimentos dos informantes, o tipo de processo empregado para acionar a peça principal do aparelho de ralar determinava a qualificação das casas de farinha. Assim, havia a **casa de farinha de moenda** ou **bolandeira**; **casa de farinha de roda de mão** e de **roda d'água**, conforme a força de tração empregada.

A **casa de farinha de roda de mão** é assim caracterizada:

Era do mesmo rodicho, agora a casa de farinha era mçãouá, era de mão... é pegar um de um lado, outro do outro lado, sentado, cevando... rodando uma roda grande. (Inf. 9)

Tinha casa de farinha de roda de mão, de puxar no braço. A roda no meio, aquele rodão... A roda tinha dois braço, um numa banda, outro na outra; aí, puxava um homem numa banda, o outro na outra, aí relava a mandioca toda no braço. A sirria era igual; agora tinha a cevadeira, a muié... também só relava muié, mode diz que tem a mão maneira, mode os homem puxar a roda. (Inf. 10)

Os relatos deixam transparecer que, no tempo da **roda de mão**, a especificidade do trabalho contribuía para a sua distribuição – os homens ficavam com a tarefa que exigia mais força física; à mulher, porque tinha a *mão maneira*, cabia a ralação das raízes na **serrilha** (a **bola**, então, não funcionava com a mesma velocidade de hoje). Vale, ainda, observar que havia um *nome* para designar a função desempenhada pelo elemento feminino: **cevadeira**. Essa figura desapareceu e sinaliza para o fato de que as modificações no processo de ralar trouxeram consequências sociais – a mulher foi afastada de uma função que lhe era característica – e lingüísticas, uma vez que essa mudança de papéis, como vimos anteriormente, resultou na diferenciação

do vocabulário empregado por homens e mulheres envolvidos na atividade relacionada com o campo semântico em discussão.

No depoimento que se segue, além de informar sobre como se faz a **tapioca**, o informante, do sexo masculino, faz questão de deixar claro que essa é uma tarefa para o sexo oposto:

Tapioca, a gente, as *mulher*, tira a **goma**, aí bota num vaso; no outro dia, bota outra água dentro, torna a coar, recoar ela, bota ela num lugar, ela assenta, aí joga fora; a gente bota um caroço dentro, enxuga, depois de enxuta, passa na peneira, leva pro forno, torra – aí já é a **tapioca**. (Inf. 5)

Um outro estudo que penso ser esclarecedor em relação a esta discussão é o de Isquerdo (1998). Trata-se de um interessante trabalho sobre o vocabulário do seringueiro do estado do Acre, em que afirma que o exame de um léxico regional caracteriza não apenas a língua, mas o fato cultural que nela se deixa transparecer, perspectiva de análise que favorece uma melhor compreensão do próprio homem e da sua maneira de ver e de representar o mundo.

Em seu trabalho, Isquerdo (1998) considera tão somente o campo léxico da seringa, a atividade básica do habitante da floresta, focalizando, sobretudo, o papel do referente na construção do significado, como ela própria diz: “verificando a força exercida pelo contexto extralingüístico no processo de nomeação de um novo elemento da realidade”.

É interessante notar que grande parte das formas lingüísticas têm sua origem em formas já existentes, ocorrendo o acréscimo de traços semânticos motivados por condicionantes sócio-culturais muito característicos do meio. Dessa forma, no processo de nomeação dos novos referentes, percebe-se a manifestação da interação entre elementos lingüísticos e extralingüísticos, o que acaba por gerar um significado contextual das diferentes lexias.

Por exemplo, a autora identificou que o trabalhador dos seringais vale-se de verbos que indicam ações próprias do ser humano para nomear diferentes fenômenos relacionados ao processo da coleta. Ela relaciona esta atitude a dois aspectos:

a) a falta de itens lexicais específicos para nomear as diferentes particularidades inerentes à natureza do trabalho do grupo;

b) a estreita ligação existente entre o homem/árvore que acaba por motivar uma quase “humanização” da seringueira – única fonte de sustento desse trabalhador – e um forte compromisso com a preservação;

Veja-se o emprego dos verbos *vadiar*, *judiar*, *sangrar* e *sarar*, exemplos citados por Isquerdo (1998):

... a madêra é grossa... mas é só no risco... a senhora divide ela... eu meço assim... um pano e dois... dêxo esses dois *vadiano*... passa ocupano... aí isso aqui é a bandêra... é o pano que fica *vadiano* né... o pano que eu tô trabalhano... (INQ3, Inf. 5)

... aqui tem uma seringuêra... se ele *judiá* ela... ela morre né... aí entonce ele... pra ele achá ôta pa colocá no canto daquela... aí fica difice. (INQ2, Inf. 2)

... mais tem a arvre né a gente vai buscá donde tivé... a gente *sangra* né... pra tirá o leite né... (INQ1, Inf. 4)

Quano aquela ôta... tá aquela arriação tá seca... saiu aque... quela casca no risco... ela *sara*... todinha... aí desce aquela casca todinha... (INQ2, Inf. 4)

Em outra situação, pode-se observar uma tentativa de “humanização” de um elemento da natureza. Ao invés de dizer que o látex se perdeu com a chuva, o informante afirma que *a chuva tomou o leite*:

... a *chuva vem*... *toma o leite*... mela o caminho... toma porque a chuva vem e enche a tigela d’água... aí derrama o leite todim... aí derrama o leite todim... aquelas tigela chêa d’água... (INQ2, Inf. 7)

A mudança de perspectiva na exposição do fato espelha bem a força da ação imputada à chuva, um elemento determinante na orientação do sistema de vida do homem da mata.

Um outro trabalho que trata da linguagem como mediadora na construção dos sujeitos sociais é o de Silva (1998, p.171). Segundo essa autora, o conteúdo da experiência histórico-social não se consubstancia tão somente nas coisas materiais produzidas pelo homem, mas generaliza-se e reflete-se na verbalização da linguagem, nas formas de expressão. São, portanto, as necessidades comunicativas, surgidas na dinâmica das interações sociais, que condicionarão um uso lingüístico específico. Numa situação de trabalho, diz a autora, essa relação é potencializada pela própria natureza pragmática da interação.

Em razão disso, Silva (1998) afirma não ser um exagero dizer que a linguagem demarca não somente o mundo conhecido, mas também o que está por conhecer, e que se incumbe de organizar “o cenário” para a atuação dos indivíduos. Vai além, afirmando que “o espaço vivencial de um indivíduo se espalha até onde a sua capacidade expressiva o conduz” (SILVA, 1998, p.172). Essa capacidade expressiva será condicionada e refletirá o ideário e a experiência desses indivíduos.

Assim, quando observamos um determinado uso na língua, testemunhamos o fato de que “o homem e o mundo se encontram no signo, na palavra vitalizada na concretude dos significados urdidos pela aventura vital”. A palavra será, portanto, a ponte posta entre um e outro membro empenhados na funcionalidade de uma comunidade lingüística, no caso específico, num grupo de trabalho.

A esse respeito, a pesquisa empreendida pelos que elaboram o *Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* mostra resultados interessantes. Os informantes foram selecionados a partir do estabelecimento de três faixas etárias (A, B e C) e conforme o seu ambiente de atuação profissional: fluvial, lacustre ou marítimo. Silva (1998) diz, por exemplo, que o ato de apreensão do pescado é predominantemente denominado de *pescar*, mas a faixa A fluvial designa o mesmo processo como *pegar*.

Segundo a autora, essa escolha evidencia o distanciamento do jovem da prática dessa atividade, “de poucas perspectivas e muitas agruras”, nela permanecendo por absoluta falta de

opção e até que surja “coisa melhor pra fazer”. A pesquisa identificou que os informantes mais jovens são o que menos operam com termos específicos, preferindo fazer uso de “designações banalizadas do seu fazer”. A faixa intermediária (B) foi a que propiciou a recolha mais significativa do vocabulário específico: apresentou o dobro das designações encontradas na faixa A e superou significativamente o índice da faixa C. Essa situação, no entender de Silva, se configura em razão de ser a faixa B a que está em pleno exercício profissional.

Outra conclusão interessante é a que se refere ao índice de ocorrência de algumas classes gramaticais em detrimento de outras. Os profissionais do mar, por exemplo, empregam com maior frequência *formas verbais* em razão da multiplicidade de ações necessárias para a realização de suas atividades. A autora diz ter lhe causado espécie o limitado elenco de adjetivos e advérbios com que operam. Uma das explicações é o fato de, segundo se observou, o homem do mar passar longos períodos em silêncio, atento aos procedimentos da pesca. Essa constatação mostra a clara interferência das experiências psicossociais de um indivíduo nas formas lingüísticas com as quais representa o mundo à sua volta. São evidências de que um trabalhador, ao empregar processos de denominação, deposita no vocabulário resultante desses processos as marcas de seu sistema de valores, de suas experiências cotidianas.

Para ilustrar, reproduzo aqui o quadro constante do trabalho de Silva (1998, p.176):

PERSONIFICAÇÃO	ZOOMORFIA	REIFICAÇÃO
peixe sabido	barco voa nas ondas	pescador enferrujado
barco capaz	o mar devora seus filhos	homem estragado
rio revoltado	o pescador urra por direitos	sujeito carunchado

Fonte: Silva (1998, p.76)

Analisando o quadro acima, a autora afirma que o pescador “dramaticamente consciente de seu desvalor social, atribui-se e aos seus camaradas qualificações usualmente empregadas

como adjuntas a animais e coisas, enquanto que para o rio, o barco, o peixe, concede apanágio de pessoa" (SILVA, 1998, p.176).

Pode ser que um conjunto maior de dados confirme essa idéia, mas fico inclinada a pensar que as denominações positivas ou negativas dependerão, em grande medida, da natureza das experiências pontuais relacionadas aos enunciados produzidos. Que designação por exemplo serviria para nomear um pescador que tem dado sorte em suas pescarias, sempre retornando com muitos peixes de suas viagens? Que nome se daria a um peixe de sabor gorduroso, ou que seja venenoso? Como eles chamariam um pescador que demonstra bastante destreza no manuseio de um barco e de seus instrumentos de trabalho?

Os dados demonstram, ainda, que o pescador, dentre todas as ambiências que o cercam, e os respectivos assuntos, elege aquilo que está mais estreitamente ligado à sua labuta diária, ficando em última instância o que se refere às coisas da terra: o porto, o ancoradouro, o local onde conserta a rede ou vende seu pescado. A este respeito, Silva (1998:177) conclui:

Indubitavelmente, o mar, o rio e a lagoa passam a constituir o chão desse homem que tão bem entende o discurso das intempéries e os segredos das águas.

Vimos, por fim, que mesmo quando as relações de trabalho estão fortemente moldadas pela manipulação conjunta de objetos, pela proximidade espacial, pela comunicação corporal, a linguagem continua sendo um elemento essencial. Assim, por sua riqueza semântica, suas ressonâncias, sua abertura para a interpretação, a fala é o modo de construção privilegiado de relações na experiência de trabalho.

Eu diria, então, que estudar a linguagem nas atividades e em torno delas é, pois, atribuir à natureza da atividade de trabalho complicações que lhe são inerentes – o que não ocorre quando se parte de concepções mais estritamente instrumentais – e nela introduzir a relação com o tempo, com o outro, com o coletivo. E este é um estudo tão intrincado quanto instigador. Sobretudo, porque aproxima o saber, a capacidade de interpretação

acadêmica aos saberes do homem comum, que apenas vê no trabalho a abençoada oportunidade de existir como sujeito participativo, que dá o suporte necessário à manutenção da célula social à qual está ligado; tendo a linguagem como um valioso instrumento que lhe permite representar a sua realidade e a sua percepção dela própria.

Pude perceber, no curso destas reflexões, que o envolvimento do saber acadêmico com o saber social tem se tornado cada vez mais necessário. E, em se estudando fenômenos do campo da linguagem, essa união se configura ainda mais ampliada, uma vez que esses fenômenos, cada vez mais, demandam um entrelaçamento com outras disciplinas para que sejam melhor compreendidos, além, é claro, da consideração da pluralidade que caracteriza a sociedade brasileira e dos múltiplos fatores que a têm condicionado.

Assim, o saber que o nosso trabalho acadêmico produz terá que, de alguma maneira, retornar ao homem comum, de saberes comuns que, no que depender da velocidade tecnológica que se impõe a todos nós, homens modernos, desaparecerão juntamente com aqueles que produziram e retiveram esses saberes ao longo da nossa história.

REFERÊNCIAS

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 206 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 13).

CARDOSO, F. **O trabalho na América Latina**. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Leda Leal. Análise coletiva do trabalho: com a palavra, os trabalhadores. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (Org.) **Linguagem e trabalho**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ/LUCERNA, 1998. p.82-92.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **História da Pronúncia Santa Cruz**. Lisboa: 1858.

ISQUERDO, A. N. Vocabulário do seringueiro: campo léxico da seringa. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.) **As ciências do léxico**: Lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 89-98.

LACOSTE, M. Fala, atividade, situação. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (Org.) **Linguagem e trabalho**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ/LUCERNA, 1998. p.15-36.

LÉRY, J. de. **Viagem à terra do Brasil**. Tradução para o português por Sérgio Milliet. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 303p. Coleção Reconquista do Brasil, 10.

MARTINET, A. **Elementos de lingüística geral**. 6. ed. Tradução para o português por Jorge Morais-Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1975. 223p.

SANTOS, Denise Gomes Dias. **O léxico da casa de farinha**. 1997. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, M. E. B. da. A fala dos profissionais da pesca: indícios de um fazer. In: DUARTE, F.; FEITOSA, V. (Org.) **Linguagem e trabalho**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ/LUCERNA, 1998. p.170-179.

SILVA, M.E.B da. A criação figurativa na linguagem do pescador artesanal. In: PEREIRA, C. C.; PEREIRA, P.R.D. (Org.). **Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literário in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Notícia do Brasil**. Pirajá da Silva. (s.d.). 2 v.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. Traduzido do alemão por Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 216p. Coleção Reconquista do Brasil, 17.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 5. ed. Tradução por J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 577 p.

WARTBURG, W. **Problemas y métodos de la lingüística**. Tradução por Damaso Alonso e Emilio Lorenzo. Madrid: CSIC, 1951. 422p.